



PARECER JURÍDICO N. 65/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. BEM DE NATUREZA COMUM. PREGÃO ELETRÔNICO. FASE PREPARATÓRIA. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS AUXILIARES E MINUTAS. LEI FEDERAL N. 14.133/2021. DECRETO MUNICIPAL N. 141/2023. REGULARIDADE FORMAL, COM RECOMENDAÇÃO.

1 – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo cuja finalidade é *a aquisição de veículo tipo van para transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde*, mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, pelo critério de julgamento menor preço por item e modo de disputa aberto, conforme justificativas e especificações constantes no termo de referência e anexos.

O processo foi distribuído à Procuradoria para análise e emissão de parecer, na forma do art. 53 da Lei n. 14.133/2021, e encontra-se instruído, dentre outros, com os seguintes elementos: 1) documento de formalização da demanda; 2) estudo técnico preliminar; 3) termo de referência; 4) parecer contábil; 5) minutas do edital e da ata de registro de preços.

É o relatório.

2 – ABRANGÊNCIA

A presente manifestação tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos da matéria. Dessa forma, não se adentrará aos demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, cuja análise é de responsabilidade exclusiva dos órgãos competentes.

Delimitado o alcance deste parecer, passa-se à fundamentação.



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100



3 – FUNDAMENTAÇÃO

A fase preparatória dos processos licitatórios, essencialmente caracterizada pelo planejamento, está disciplinada no art. 18 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes termos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;





XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

No presente procedimento, verifica-se que o documento de formalização da demanda, em sintonia com o que dispõe o art. 11 do Decreto Municipal n. 141/2023, possui informações sobre: 1) o objeto a ser contratado; 2) a justificativa da contratação, constando informação sobre a inexistência de contratação do objeto nos exercícios anteriores; 3) a quantidade a ser contratada; 4) a estimativa de valor de mercado; 5) a indicação da data pretendida para a execução do objeto, com justificativa; 6) a indicação de inexistência de vinculação do objeto com contratações correlatas; 7) o nome do setor requisitante e do responsável por prestar informações.

No tocante ao estudo técnico preliminar, consta que ele foi elaborado por servidor do setor requisitante e, apesar de tratar-se de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, § 1º, da Lei n. 14.133/2021 e no art. 13, § 5º, do Decreto Municipal n. 141/2023.

Por sua vez, o termo de referência, ao que tudo indica, também compõe-se dos elementos necessários, elencados no art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/2023. De todo modo, é do Secretário Municipal a análise das questões técnicas, na forma do art. 71 do Decreto Municipal n. 141/2023.

Em relação ao mapa de riscos, no âmbito do Município de Cordilheira Alta ele está disposto na Portaria Municipal n. 28/2024, a qual assertivamente foi juntada aos autos.

No mapa de preços, consta justificação pela pesquisa direta com três potenciais fornecedores cujo ramo de atividade compreende o objeto da licitação, bem como consta justificativa pela escolha desses fornecedores. **Contudo, verifica-se que a solicitação formal de cotação se deu por mensagem de WhatsApp, situação não regulamentada em âmbito municipal e contrária as disposições da IN SEGES/ME 65/2021, a qual consignou como ferramenta de formalização o e-mail ou o ofício. Diante disso, para o prosseguimento do feito, recomenda-se a correção desses atos.** De todo sorte, está excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no termo de referência com os de





mercado apurados pela Administração, dado que tanto a pesquisa como a valoração são de responsabilidade exclusiva do setor técnico competente.

Além disso, consta nos autos o parecer contábil, emitido pelo Departamento de Contabilidade, além das designações do agente de contratação (pregoeiro) e da comissão de apoio, bem como do fiscal e do gestor do contrato.

Conforme se depreende dos documentos auxiliares do processo, o setor requisitante classificou o objeto como comum. Dessa forma, o pregão é a modalidade adequada para a licitação pretendida, na forma do art. 29 da Lei 14.133/2021.

Ademais, verifica-se que a licitação se dará de forma eletrônica, assim como determina o art. 23 do Decreto Municipal n. 141/2023, e que o critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, pelo modo de disputa aberto. O agrupamento dos itens está justificado no ETP.

Com relação à minuta do edital, observa-se que ela atende às exigências prescritas no art. 25 da Lei n. 14.133/2021, bem como ao tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previsto na Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto Municipal n. 141/2023.

A minuta do contrato também reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas para os instrumentos da espécie, conforme estabelece o art. 92 da Lei n. 14.133/2021.

À vista disso, do ponto de vista formal, os atos estão regulares, desde que atendida recomendação citada ao longo deste parecer.

4 – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, a Procuradoria-Geral, representada por seu procurador subscrito, no uso de suas atribuições legais, opina





pela viabilidade jurídica do prosseguimento do presente processo licitatório, desde que atendida a recomendação citada neste parecer.

Somente após o acatamento da recomendação, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei n. 9.784/1999, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus ulteriores termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Cordilheira Alta/SC, 8 de maio de 2024.

MADIAN ROMAN
Procurador do Município

